

Memória, imprecisões, sentidos: em torno da proposta bakhtiniana de estudos da linguagem

Adail Sobral

UCPel; LEAL-CNPq

Karina Giacomelli

UFPeI; LEAL-CNPq

Resumo: Pretendemos, neste ensaio de discussão teórica, a partir de considerações sobre memória e produção de sentido, apresentar uma breve discussão sobre as imprecisões, flutuações, modulações etc. que caracterizam o uso da linguagem. Para isso, levamos em consideração, de um lado, a imprevisibilidade que marca as interações (as interações não têm delimitação precisa; dependem de eventos que não se podem prever), e, do outro, a parcialidade constitutiva do trabalho da memória nas interações. Nesses termos, a memória é um esquecimento seletivo, no sentido de que o sujeito recorre ao repertório de lembranças de acordo com as necessidades, imprevisíveis, de suas interações. Trata-se de um trabalho que se inspira na teoria e análise dialógica, ou análise dialógica do discurso, a qual permite defender a existência de dispositivos enunciativos de mediação entre repertório linguístico e agir discursivo.

Não vamos reapresentar aqui a teoria dialógica, uma vez que fazemos uma discussão epistemológica de aspectos seus, e não um artigo baseado em obras específicas daquela. De acordo com essa teoria, as significações na língua são mobilizadas para instaurar sentido na linguagem. As significações se manifestam em frases e, o sentido, em enunciados. A mobilização das significações, que têm um maior grau de estabilidade, pelos enunciados, a fim de criar sentidos, é afetada, como pretendemos mostrar, pelas instabilidades manifestas nas interações, mesmo que estas se realizem em gêneros, que têm uma estabilidade relativa, mas que não são elementos capazes de delimitar de uma vez por todas o que ocorre no processo de instauração de sentidos.

Palavras-chave: significação; imprecisões; dispositivos enunciativos; sentido

Title: Memory, imprecisions, senses: about the Bakhtinian proposition on language studies

Abstract: We intend, in this theoretical essay, from considerations on the role of memory in sense production, present a brief discussion on imprecisions, fluctuations, modulations etc. that characterize language use. For doing this, we take into account, on the one hand, the imprevisibility that marks interactions (these have not precise delimitation, depending on events that one cannot predict) and, on the other, the constitutive partiality of memory's work in interactions. In these terms, memory is a selective oblivion, in the sense that subjects resort to their remembrances' repertoire according to their interactions' unpredictable necessities. It is a work inspired by dialogical theory and analysis or discourse dialogical analysis, which allows to argue for the existence of enunciative devices for mediating among linguistic repertoires and discursive

acts. We are not going to describe here dialogical theory and analysis, since we discuss from an epistemological point of view aspects of this theory, instead of writing a paper in specific works of its authors. According to this proposal, significations in the language system are mobilized to create sense in language uses. Significations manifest in sentences and senses in utterances. For creating senses, the mobilization of significations, which have a higher degree of stability, by utterances is affected, as we intend to show, by instabilities that constitute interactions, even though they are used in speech genres, which have a relative stability, but which are not elements able to delimit once and for all what takes place in the process of sense production.

Keywords: Signification; imprecisions; enunciative apparatuses; sense

Introdução

O rumo de pensamento que nossas reflexões tomaram nos últimos anos nos levou a pensar a imprecisão como aquilo que caracteriza a linguagem, e a ver que para isso apontam as teorias de Bakhtin e o Círculo no tocante à instauração de sentidos.¹ De certo modo, começamos a

¹ Este texto nasceu de vários eventos: o livro *Dialogismo: Bordas, Fronteiras, Imprecisões, Sentidos*, organizado por Adail Sobral e Hilário Bohn, editora EDUCAT, que reuniu textos apresentados no evento II Diálogos Transdisciplinares, promovido pelo LEAL – Laboratório de Estudos Avançados de Linguagens, da Ucpel, coordenado por Sobral e Giacomelli), e dos diálogos que os dois autores vêm travando acerca de língua e linguagem em Bakhtin, bem como de questões éticas que cercam a filosofia do pensador russo

pensar que, para Bakhtin e o Círculo, língua é já linguagem, e a linguagem, para ele, é algo vivo, concreto, impuro, impreciso. Como decorrência disso, uma teoria de linguagem bakhtiniana só pode ser uma hermenêutica, só pode propor uma descrição fenomenológica, em vez de uma explicação ou descrição formal, porque, submetida a generalizações da ciência normal, a linguagem perde justamente seu componente mais importante, a singularidade de cada enunciação, algo que de modo algum prejudica o que há de comum a todas as enunciações, mas que em muitos casos é desprezada como se fosse supérflua (cf., p. ex., BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 1976; MEDVIÉDEV, 2012).

Assim como cada sujeito é único, cada enunciação (cada ato) é todo um universo de sentido singular cuja inteligibilidade depende não só do cenário em que acontece como de suas relações com enunciações já ocorridas e mesmo de enunciações ainda não ocorridas a que o locutor procura antecipar-se quando cria a arquitetura de realização de seu projeto de dizer, no aqui e agora de suas interações. Uma e outras se fazem presentes a partir de uma memória de enunciações passadas, tanto dos próprios sujeitos como de

(objeto dos estudos pós-doutorais de Sobral). Parte do aqui exposto vem também dos desdobramentos de uma mesa redonda sobre linguagem e memória de que participou Sobral, bem como dos estudos pós-doutorais de Giacomelli, que teve Sobral como supervisor e abordou língua e linguagem em Bakhtin.

seus interlocutores, e de uma projeção de possíveis réplicas a partir desse repertório enunciativo.

Em outros termos, a enunciação/discurso é para Bakhtin (2003, p. ex.) um processo que envolve a rememoração. Esta, nos termos da concepção de enunciado do autor, tem dupla natureza: é tanto retrospectiva (a recordação de enunciações passadas) como prospectiva. Aquela é rememoração propriamente dita, ao passo que esta não é propriamente rememoração, mas antes projeção, a partir da experiência enunciativa dos sujeitos, de possíveis réplicas dos interlocutores, o que serve de recurso de antecipação a essas réplicas, com vistas a tornar aceitos os sentidos que o sujeito propõe instaurar em seus enunciados. Essa recordação e antecipação são, naturalmente, imprecisas, uma vez que dependem da posição valorativa do sujeito, que não é fixa. Como veremos, memória supõe esquecimento, ou seja, seletividade, valoração, e estas dependem da situação específica de enunciação, sendo, pois, constitutivamente imprecisas.

Segundo (SOBRAL, 2016, p. 12-14; editado),

Os processos de instauração de sentidos operam mediante procedimentos enunciativos marcados por bordas e

fronteiras entre os vários aspectos de cada linguagem envolvida, e de linguagens entre si, terreno fértil para imprecisões de variada natureza que constituem a vida das linguagens (...).

Isso significa que a estrutura formal dos procedimentos, ou dispositivos enunciativos, não é tão rígida quanto o são as bordas e fronteiras advindas da imprevisibilidade das situações enunciativas. Ou seja, não é porque podemos pressentir desde o começo o gênero e o projeto enunciativo de um locutor que poderíamos descobrir o rumo que essa sua enunciação vai tomar.

Falar de bordas, fronteiras, imprecisões, sentidos é, segundo o autor,

(...) sugerir precisamente que o sentido nasce do 'não sentido', isto é, das relações entre as bordas, as fronteiras e as imprecisões: bordas que se tocam, e afastam; fronteiras que distinguem também, mas (se) confundem; imprecisões que revelam a posição enunciativa e o contexto dos enunciados, e que requerem para isso conviver com a tensão entre possibilidades de sentido (Idem).

Assim, o que há antes da realização de um projeto de dizer é um amálgama, ou feixe, de possibilidades de sentido, que só se realizariam, ou não, nas interações. Na verdade, as marcas da posição enunciativa residem nas imprecisões, oscilações, hesitações... Os meandros do fio do discurso são um labirinto que só se pode cruzar conjuntamente, na inter constituição negociada de sentidos: “o que você quer dizer com isso?” é algo que sempre perpassa o interlocutor, mesmo que ele não o diga. Talvez possamos nos arriscar a dizer que também o locutor, ao enunciar, no fundo se pergunta: “o que meu interlocutor vai pensar que quero dizer com isso?”

Destacando a importância da materialidade da linguagem, já que muitas vezes se diz que as teorias de discurso perdem de vista o texto, Sobral (2016) diz que:

(...) sustentar o aparente caráter vago dessas formulações não perde de vista a realidade das linguagens, sua materialidade. Nesse sentido, trabalha-se com a enunciação/enunciado e o discurso sem descartar os mecanismos formais de constituição de frases e textos. Mas a unidade é o enunciado/enunciação, o discurso, não a frase ou o texto por si só.

Portanto, a ênfase está nas *marcas enunciativas*, marcas que a enunciação deixa no enunciado, ou seja, vestígios (explícitos ou implícitos) do processo de instauração de

sentidos. Este envolve a situação de enunciação, que podemos identificar com maior ou menor precisão no enunciado (produto desse processo) recorrendo a isso a *marcas linguísticas* (Idem, *Ibidem*).

Marcas linguísticas e marcas enunciativas têm entre si a mesma relação que significações e sentidos: , assim como os sentidos trazem em si significações, nas marcas enunciativas estão integradas marcas linguísticas. As marcas linguísticas apenas significam, no nível da língua, mas, tomadas em termos enunciativos, servem à instauração de marcas enunciativas no plano do sentido. É o que explicam Sobral e Giacomelli (2016, p. xx). As marcas linguísticas são entendidas

como parte da significação, no nível da língua, enquanto a colocação em discurso dessas marcas, ou seja, a mobilização valorada dessas marcas segundo as circunstâncias de enunciação (que envolve a soma das relações sociais dos sujeitos envolvidos) é responsável pelas ‘marcas enunciativas’ (...).

A integração entre *marcas linguísticas* e *marcas enunciativas* aqui proposta considera três elementos: a) o *objeto* do enunciado; b) o *posicionamento* dos componentes linguísticos deste último na superfície material do texto; e c) as *modalidades* de

combinação desses elementos no âmbito do projeto enunciativo do gênero e do locutor, voltado para seu interlocutor típico [e alteradas de acordo com a situação de enunciação, incluindo o interlocutor concreto].

Esses 3 planos correspondem a 3 categorias de Bakhtin: o *conteúdo* (ou os entes apresentados na enunciação); o *material* (ou as materialidades linguísticas presentes aos enunciados); e a *forma* (as maneiras de articulação entre o objeto do enunciado e as materialidades textuais para criar uma forma-conteúdo, um gênero). Essa articulação ocorre a partir de um ato enunciativo, necessariamente valorado, de acordo com os protocolos genéricos de cada esfera, e considerando as possibilidades expressivas do sistema da língua.

Ainda falando da imprecisão como condição do sentido, Sobral (2016) evoca Lacan. Segundo ele, esse autor mostra que embora desejos possam realizar-se, *o* desejo jamais se realiza: nunca se alcança a plenitude do desejo, do mesmo modo como Bakhtin alega que se realizam sentidos, mas não *o* sentido. Mais do que isso, Bakhtin alerta em *Para uma filosofia do ato*² que não se deve superestimar o poder de expressão da linguagem, ou seja, que não há um sentido

² Usamos aqui a edição francesa: BAKHTINE, 2003, p. 56. A edição brasileira traz o trecho na página 84.

último que se possa realizar, embora se realizem sentidos, de validade provisória, delimitada, sujeita a ressignificações:

Não se deve, obviamente, supervalorizar o poder da linguagem: o ser-evento irrepetível e singular e o *ato* que dele participa são, *em princípio*, exprimíveis, mas na realidade essa é uma tarefa muito difícil, estando a plena adequação fora do alcance, ainda que permaneça sempre dada-a-realizar. (BAKHTINE, 2003, p. 56.)

Talvez para tentar contornar essa impossibilidade de plena realização do sentido, essa nossa prisão ao impreciso, Bakhtin sugere, na obra supra citada (BAKHTINE, 2003), que devemos fazer um esforço por integrar a vida e a arte (ou a ciência) em nosso viver, realizar a cada momento a singularidade que cada pessoa é, responder com a vida pelo que se aprende na arte (ou na ciência) e responder a necessidades da vida na arte (ou na ciência). Podemos entender vida e arte, em um de seus sentidos, como sendo a enunciação concreta, o processo, e a transfiguração do mundo no enunciado.

Levando esses elementos em consideração, pretendemos com este ensaio de discussão teórica sobre as imprecisões, flutuações, modulações (com suas bordas e

fronteiras em tensão) como sendo elementos inerentes ao exercício da linguagem. Nesses termos, defenderemos que elas constituem, em termos procedurais, o principal componente dos dispositivos enunciativos. Elas permitem que se criem infinitos sentidos, uma vez que, nas distintas situações enunciativas, não há sentidos estabelecidos de antemão a ser apenas mobilizados, mas um processo de mobilização da língua pelos dispositivos enunciativos para instaurar sentidos na linguagem. Isso requer a mobilização da memória, não em termos cognitivos estritos, mas considerada, nos termos aqui desenvolvidos, como sendo imprecisa, uma vez que dependente dos contextos específicos de rememoração.

Imprecisões, memória, esquecimento e sentido

A memória é por definição falha, no sentido de não poder ser precisa, dada as limitações humanas e o poder do contexto de evocar algumas lembranças e de levar ao

esquecimento de outras. O sujeito que rememora não é o mesmo sujeito que viveu o rememorado, já que desde então alterou os aspectos mutáveis de sua identidade. O rememorado, portanto, também é resultado da valoração presente do passado por um sujeito que viveu esse passado evocado, mas, desde então, mudou e mobiliza esse passado segundo suas necessidades presentes. Recordar um “momento feliz” é, ao mesmo tempo, memória e construção presente desse “momento feliz” quando da rememoração. Portanto, recordar envolve ao mesmo tempo esquecer: recordamos alguns aspectos, esquecemos outros, e, se rememorarmos em momentos distintos o mesmo evento, não haverá necessariamente coincidência entre os aspectos lembrados e os esquecidos a cada recordação. Recordar envolve seletividade.

Recordar traz em si, em consequência, uma “traição” constitutiva: a seleção do recordado é feita segundo sua utilidade para a instauração de sentidos no momento da recordação (e não no momento vivido, que é agora ressignificado). Pode-se mesmo recordar com alegria, num dado momento, e com tristeza, em outro, o mesmo evento vivido, ou mesmo com um misto de alegria pela satisfação tida e pela impossibilidade de repeti-la. Fica a questão de estabelecer, em cada caso, os critérios da

rememoração/esquecimento, ou seja, as bases da valoração. O princípio pode se manter, mas só as circunstâncias de cada evento individual de recordação nos dirão que valoração envolve o evento rememorado. O momento no tempo e o momento do sujeito, bem como seu lugar e os interlocutores envolvidos, constroem valorações distintas do mesmo evento.

Só sujeitos são suscetíveis desse esquecimento seletivo chamado memória, ou dessa memória (lembrança) seletiva chamada esquecimento. Tal como o silêncio com relação ao dizer, o esquecimento é a contraparte necessária da memória, do lembrar, e esquecer pressupõe sempre lembrar: o sujeito lembra de umas coisas e não de outras, a depender de sua constituição subjetivo-social (deixamos de lado aqui as capacidades estritamente cognitivas, ainda que não as consideremos irrelevantes, pois o foco aqui é distinto) e do tempo e lugar da enunciação. Memória e esquecimento se manifestam discursivamente nesse nosso mundo humano, trans-biológico, no qual que estamos sempre nos tornando sujeitos, o que se reflete em nossas enunciações.

A seletividade é necessariamente valorativa, pessoal e socialmente, nascendo da interação, mesmo que o sujeito que lembra/esquece esteja fisicamente só. Porque interagir, para a teoria bakhtiniana, como já se disse tantas vezes, não

se restringe a reagir a outros sujeitos presentes. Para essa concepção, os seres humanos se definem constitutivamente como interagentes. Nessa condição, somos *conjunturalmente* seletivos, porque esquecemos e lembramos nos termos do conjunto de nossas relações sociais e das circunstâncias específicas, mutáveis, nas quais temos de ou queremos lembrar e esquecer de algo.

Quando dizemos que as situações sociais estabelecem "quem pode dizer o quê a quem onde como", dizemos que todo enunciado é endereçado, expressivo e referencial a um só tempo, reportando-nos ao fato de que dizer é um agir sempre situado. Queremos destacar aqui o "quê" dessa expressão, por ele ser, por vezes, entendido literalmente como algo já estabelecido antes do dizer, em vez de um feixe de possibilidades de sentido. O "quê" já é dito valorado.

Quando, por exemplo, não sendo o presidente de um júri, profiro o enunciado "esse político é culpado/corrupto...", não estou condenando o objeto de meu enunciado, mas o estou declarando culpado no sentido de acusá-lo. Se o faço como presidente do júri, eu o estou condenando. Mas, em ambos os casos, posso dizer o que digo. Mas se o "quê" permanece, seu sentido não é o mesmo. Em ambos os casos censuro alguém, mas num caso dou minha opinião e, no

outro, condeno (em nome de uma coletividade que vai além dos membros do júri).

Logo, falar de "quem pode ou não dizer" não implica assumir necessariamente uma perspectiva formalista que chegue ao ponto de estabelecer esse o "quê" do ponto de vista linguístico estrito. Mas implica pensar na valoração social e conjunturalmente possível em cada caso, no papel social que o sujeito proferidor exerce. E, por tudo isso, implica pensar esse "quê" não como um conteúdo, mas como uma espécie de *pro forma* que pode assumir distintos sentidos a depender da conjuntura. Correndo os riscos dessa aproximação, podemos talvez considerar esse "quê", esse tópico um significante em busca de um significado e, mais do que isso, de um sentido.

O dito, marca linguística, aponta para esse sentido, mas não o traz em si. O sentido vai vir da situação enunciativa, que deixa marcas enunciativas, marcas da enunciação. Sem o dizer, conjuntural, e, portanto, valorativo, não se pode buscar o sentido. O dizer, que inclui o dito situado numa situação, é sempre ação de um sujeito, que, em parte de modo consciente, em parte de modo não consciente e em parte inconscientemente, escolhe o que vai dizer, lembra e esquece seletivamente de umas coisas e não de outras - a depender da situação discursiva na qual se encontre.

A memória também tem que ver com a história, porque está constitutivamente vinculada com as transformações pelas quais passa a sociedade. E essas mudanças afetam as práticas de linguagem das comunidades discursivas, tanto no sentido amplo de uma sociedade como no sentido mais restrito dos grupos que constituem as sociedades. Há, assim, uma memória histórica das práticas de linguagem mais gerais, práticas da sociedade como um todo (postas em vigor, naturalmente, a partir de um poder central), e práticas de linguagem mais específicas, dos vários grupos sociais (e mesmo de subgrupos), por vezes restritas aos membros destes, e, de certo modo, estruturadas em oposição às do(s) grupo(s) dominante(s). Dessa forma, a memória histórica envolve tanto a busca de hegemonia pelos dominantes como a resistência dos dominados.

Os sujeitos guardam de suas experiências dessas práticas uma memória e um esquecimento específicos, que dependem dos grupos sociais de que fazem parte - porque nem todos são admitidos em todas as práticas sociais, ainda que alguns tenham acesso a um número maior, a depender de sua posição na sociedade em geral e nos grupos de que fazem parte. Quanto maior o prestígio social de seu grupo, e do sujeito dentro desse grupo, tanto maior o acesso do sujeito a práticas - o que tem relação com as políticas excludentes,

implícitas ou explícitas, dos sujeitos nas sociedades. Quanto maior o acesso a práticas, tanto maior o repertório de discursividades que o sujeito guarda na memória e, portanto, o repertório de gêneros a que recorre em suas relações interlocutivas e suas possibilidades de negociação de sentidos (SOBRAL, 2006).

Em nossos termos, a memória, seja do passado, como retrospectão, ou do futuro, como prospecção (esta última fundada, naturalmente, nas experiências passadas e presentes) é sempre memória de gênero, por ser o gênero a forma de estruturação do uso da linguagem. Pode ser escrita, oral ou, em nossos dias, informatizada (cf. AMORIM, 2009).

Embora não se dedique a tematizar essa questão, Bakhtin se refere em mais de um momento à questão da memória. Em *O Autor e o Herói* (BAKHTIN, 1997), ele se refere à memória do passado (que é a memória estética, a que dá acabamento ao herói) e à memória do futuro (que é a memória do herói, não acabada, porque vinculada com o que virá a ser). A primeira é aquilo que Amorim (op. cit., p. 9) chama de *memória exotópica*, e que Bakhtin (1997, p. 144) define assim: “Para uma abordagem estética da existência interior do outro, é preciso, em primeiro lugar, não crer ou ter esperanças nele, mas aceitá-lo em seus valores; é preciso não estar com ele e nele”.

Em outras palavras, não posso delimitar o outro, mas vê-lo tal como se apresenta a mim; não posso me por em seu lugar nem ver o mundo tal como ele vê. Posso apenas afastar-me dele para vê-lo em seu horizonte (mais amplo), sem nunca poder estar em seu ambiente (mais restrito). Como o explica Amorim (Op. cit.; loc. cit.),

A memória exotópica é a memória que se produz depois da compreensão, isto é, na segunda etapa do processo de apreensão do *outro*. Podemos mesmo dizer que a memória exotópica se produz quando não compreendo mais, quando não me identifico mais com o ponto de vista do *outro* e introduzo meu ponto de vista, aquilo que vejo do que o *outro* vê.

Isso corrobora a afirmação de que a memória, ao ser seletiva, e implicar um esquecimento, é necessariamente valorativa, uma vez que se refere àquilo que o sujeito vê daquilo que o outro vê, ou seja, daquilo que o sujeito seleciona, de seu ponto de vista, dos elementos que o outro vê do seu. Essa posição exotópica é o que permite ao sujeito rememorar, selecionar memórias. O sujeito vê o outro (e seus enunciados) a partir de sua própria posicionalidade irredutível

e, a fim de negociar sentidos, precisa reconhecer e afirmar a posicionalidade irreduzível do outro. Seu primeiro movimento de compreensão do outro ocorre em seus termos (a posição de um eu-para-mim); em seguida, para que sua compreensão ativa se sustente, o sujeito rememora o outro, tenta ver o ponto de vista dele em relação ao seu (a posição de eu-para-o-outro). Para isso, o sujeito se afasta do outro, contempla-o e depois volta à posição inicial. Em outras palavras, começo na posição de eu-para-mim, passa à de eu-para-o-outro e retorna à posição de eu-para-mim. Esses três momentos constituem a compreensão ativa, seja do outro ou de seus enunciados.

A memória do futuro (a do herói, que é proposta, da mesma maneira, por Bakhtin) envolve uma projeção, e, mais do que isso, uma posição ética: "A memória do passado é submetida a um processo estético, a memória do futuro é sempre de ordem moral" (BAKHTIN, 1997, p. 167). A memória do passado é transfigurada, submetida a um tratamento estético, porque estamos distantes do passado, mas um dia o vivemos, e por isso ele é rememorado esteticamente, não projetado moralmente. A memória do futuro não é bem memória, como dissemos, mas uma projeção a partir do passado e do presente; não tendo sido vivido, ele surge de projeções que, envolvendo valores morais, são feitas a partir de nossa posição moral.

O passado tem acabamento; o futuro, prospecção, uma vez que não podemos prevê-lo. Trata-se de dominantes: também o estético é ético, e este tem seu componente estético em termos da arquitetônica do projeto enunciativo dos sujeitos, mas cada memória tem sua marca mais forte. Disso trata este importante esclarecimento de Amorim (Op. cit., p. 10): “Isso não quer dizer que a estética não seja ética, mas o ato ético do artista não coincide com o ato do herói e, em relação ao herói que o artista retrata, o trabalho da memória é um trabalho de acabamento.”

Cabe abordar ainda a memória coletiva, a memória que não se vincula diretamente com este ou aquele sujeito, mas permanece viva na cultura, como cerne do que há de comum aos membros da comunidade de sujeitos. Eis como Bakhtin (2002, p. 354) a descreve, materialista e fenomenologicamente:

As tradições culturais e literárias (inclusive as mais antigas) se conservam e vivem não na memória individual e subjetiva de um homem isolado ou em algum “psiquismo” coletivo, mas nas formas *objetivas* da própria cultura (inclusive nas formas linguísticas e verbais), e nesse sentido elas são intersubjetivas e interindividuais (consequentemente, também sociais); daí elas chegam às obras literárias, às vezes

quase passando por cima da memória individual subjetiva dos autores. (grifamos).

Nesse nível, a memória tem que ver com as práticas sociais em geral, e, no plano do discurso, com os gêneros, cujos vestígios se conservam, naturalmente afetando a memória dos sujeitos, mas quase passando por cima da memória individual subjetiva dos autores ou locutores em geral. Naturalmente, os sujeitos recorrem a essa memória, mas o fazem de modo bem menos consciente, ou mesmo inconsciente. Trata-se da memória substrato, a memória que faz que o sujeito não tenha de reinventar, a cada dizer seu, novas formas de dizer. Essa memória se acha registrada conjunturalmente, transfigurada, nas formas objetivas da própria cultura (inclusive nas formas linguísticas e verbais).

Aqui se unem o aparato cognitivo típico do homem, que busca sempre a economia de meios para obter o máximo de resultados em termos de sentido, e sua constituição social, sua necessidade imperiosa de ter proficiência nas formas de rememoração das práticas de sua sociedade, aquilo que Medvedev (2012) denominou "gêneros interiores", entendidos como a internalização das formas de gênero, o repertório de dispositivos enunciativos a que recorrem os sujeitos em suas interações.

Bakhtin (e esse é um aspecto bem pouco explorado) aborda os gêneros como o que se pode chamar de forma estruturante da memória discursiva. Essa forma está no todo do discurso, não apenas em partes suas. Em *Os gêneros do discurso* (1997, p. 302-3), ele o faz nos seguintes termos:

As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida. Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

Destacamos da passagem acima o trecho "ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações". Esse destaque visa enfatizar que essas diferenciações são precisamente o que temos chamado de imprecisões, o fato de, ao dizer, o sujeito ser lançado num turbilhão de possibilidades de sentido, inclusive porque a recepção ativa do outro afeta seu dizer, interconstituindo-o.

Aqui se unem as duas modalidades de memória a que nos temos referido: a dos sujeitos *per se*, de que falamos ao mencionar a memória do passado (ou exotópica) e a memória do futuro (ou memória ética), e a da coletividade de sujeitos, aquela que nos permite saber "de imediato, bem nas primeiras palavras" o gênero que nosso interlocutor mobiliza e que temos registrado em nosso repertório de gêneros, interiores porque internalizados, isto é, não por ser posse subjetiva de cada sujeito.

Nesses termos, a memória de gênero tem grande importância para a vida simbólico-discursiva dos sujeitos em sociedade. Como diz Bakhtin no trecho acima, "Se não

existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível". Ou seja, os gêneros são recursos de organização das interações que permitem aos sujeitos ter parâmetros para comunicar-se, ao mesmo tempo em que lhes dá a liberdade de usar esses recursos segundo suas necessidades de interlocução.

Da memória do repertório de formas típicas de enunciados (não de seu conteúdo), depende a comunicação verbal. Todo gênero é, segundo Medvedev (Op. cit.), "ideologia criadora de forma", sendo que "forma" não se reduz a estrutura, mas indica uma totalidade de sentido de acordo com maneiras típicas, relativamente estáveis, de elaborar enunciados, de realizar projetos de dizer, projetos enunciativos, para o que se necessitam de relações interlocutivas configuradas em discursos. Os gêneros envolvem sempre organizar o mundo discursivamente de acordo com o recorte ideológico que se faz do mundo, processo que, como mencionamos, combina objetivação social e apropriação individual.

Podemos então afirmar, feito esse percurso, que a seletividade da memória é o espaço da valoração, espaço da escolha interessada, não indiferente, do que recordar. Um

primeiro ponto é que as forças centrípetas e centrífugas se fazem presentes aqui: de acordo com a conjuntura e suas necessidades enunciativas, o sujeito sempre se afasta (força centrífuga) do que não é pertinente para suas necessidades enunciativas, e se aproxima (força centrípeta) do que o é. Outro ponto é que aqui vemos a presença da *pravda*, a veridicidade, verdade situada, sem validade universal (que é o domínio da “outra” verdade, a *istina*): ao recorrer aos elementos de memória que lhe interessam, o sujeito afirma a verdade de sua circunstância específica e seleciona os elementos que melhor sirvam à sua interação com seus interlocutores específicos.

Por vezes, para fazer que sua *pravda* seja aceita, o sujeito recorre ao senso comum, por assim dizer à *istina*, que está a meio caminho entre a veridicidade e a verdade universal. Para o senso comum, a verdade que a ciência consideraria veridicidade, ou seja, verdade fundada num modo específico de ver o mundo, tem a validade da *istina*: é verdade válida em todos os casos e não circunstancialmente. O senso comum cria assim uma veridicidade com ares de universalidade, ou seja, algo válido situacionalmente é tomado como válido em todas as situações. Essa *pravda-istina* também é fruto da seletividade da memória da coletividade: não há duas coletividades com exatamente os mesmos

elementos do senso comum, mesmo que haja alguns elementos compartilhados. Logo, o senso comum também é social e histórico.

Como afirmam Sobral e Giacomelli (2015, p. 219), os níveis da identidade, pensando em termos das propostas de Bakhtin, são 2:

(a) os aspectos psíquicos que lhe permitem perceber em si uma dada continuidade psíquica (“esse sou eu”) e

(b) os elementos sociais e históricos de seu ser no mundo.

Para Bakhtin, a junção, variável e móvel, desses elementos em cada sujeito, em distintos momentos, marca uma continuidade no fluxo: sou eu, mas me modulo, me nuanço, de várias maneiras, nos contatos com os outros. O equilíbrio entre esses elementos cria outro componente da identidade (...): (c) a avaliação responsável (no sentido de o sujeito ser responsável e responsabilizável, mesmo que nem sempre assuma a responsabilidade) que o sujeito faz ao agir, com base no que veio a formar como seu eu (a) e as coerções das relações sociais de que é parte (b).

(...)

Vemos que (a) e (b) marcam certa primazia da repetibilidade, mas (c) é o espaço específico da irrepetibilidade (cf., acima as considerações sobre o ato): cada ato é único

em seu processar-se, ainda que compartilhe com todos os outros uma dada estrutura de conteúdo.

Nesses termos, o sujeito seleciona os elementos a que vai recorrer em suas interações de acordo com sua identidade (com a mobilidade e estabilidade apontadas), vinculada com a soma total de suas relações sociais, sua experiência interativa que o constitui ao longo do tempo, na história, como o sujeito que é (e não algum outro). Como dissemos, a seletividade é tanto coletiva como individual, e tanto sofre a influência do grupo social típico de cada sujeito (bem como do grupo dominante de sua sociedade), em cada conjuntura, como depende do eu específico de cada sujeito, ou seja, dos elementos sociais (objetivação) e dos elementos pessoais (apropriação).

Bakhtin (Op. cit. loc. cit) insinua a seletividade valorativa da memória num trecho (já citado aqui de outro ponto de vista), o qual destacamos aqui:

Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional,

prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo *que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações* (grifamos).

Interessa-nos mais precisamente a afirmação: "somos sensíveis ao todo discursivo *que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações*". Ao insistir nisso, mostrando a mobilidade dos gêneros, Bakhtin fala daquilo que, para Sobral (2009), são "modulações", ou seja, os ajustes do projeto enunciativo às circunstâncias específicas da situação interlocutiva em que se encontra cada sujeito. Trata-se, a nosso ver, precisamente do espaço em que se manifesta o aspecto seletivo da memória - dentre as possibilidades de formas típicas de enunciados, o sujeito vai selecionar as que melhor sirvam, conjunturalmente, às suas necessidades enunciativas. E, nesse âmbito, vai chegar a um nível mais próximo da interação específica: "O que importa lembrar aqui e agora para realizar meu projeto enunciativo?".

Logo, o discurso, sempre configurado em gênero e mobilizando textos, é o espaço em que o sujeito recorre seletivamente à memória do passado (retrospectiva) e do futuro (a projeção prospectiva), individual (o histórico interativo do sujeito) e coletiva (o histórico interativo da comunidade, da sociedade etc.) a partir de suas necessidades

presentes, que variam tal como variam os gêneros do discurso, em sua maleabilidade bem mais ampla do que as das formas da língua.

O discurso parte da *significação*, campo das formas da língua, e a transfigura em *sentido*, de acordo com as formas típicas dos enunciados, com maior ou menor liberdade, a depender da situação enunciativa em que essas formas são usadas, o que implica seletividade e, portanto, memória e esquecimento, tanto individuais como coletivos. Dizer é selecionar formas social e conjunturalmente adequadas de dizer!

A memória coletiva, valorada individualmente nas situações de discurso em que os sujeitos se veem, penetra as próprias fibras da interlocução, de toda interlocução. Trata-se, recordemos, da memória configurada nas formas *objetivas* da própria cultura (inclusive nas formas linguísticas e verbais), como já apontado. Observamos que Bakhtin, a par de afirmar esse caráter comum aos atos de todos os sujeitos de uma dada coletividade, afirma ainda a irredutibilidade do caráter valorativo, avaliativo, de todo enunciado. Claro que essas formas objetivas da cultura são também seletivas, fruto do processo de objetivação coletiva (de uma sociedade e dos grupos que a compõem, dilacerados em suas valorações em

tensão) do mundo e do processo de apropriação, individual, dessa objetivação.

Pensando mais especificamente os elementos que conferem à memória sua seletividade valorativa, recorreremos aos conceitos bakhtinianos de entoação avaliativa e de responsividade ativa, que se pressupõem mutuamente, e estão presentes em todo ato de dizer, em todo ato discursivo³. A entoação avaliativa (BAKHTIN, 2003) vem de uma seleção dos recursos expressivos que melhor atendam, em cada circunstância, ao projeto de dizer do locutor, nos termos de sua interação específica com o interlocutor, que, nesse sentido, participa da seleção, da memória e do esquecimento constitutivos de todo discurso, que são sempre valorativos.

Ao definir o estatuto do interlocutor, Bakhtin (2003) diz ser ele dotado de responsividade ativa: a resposta concreta deste é que permite que se materialize a compreensão daquilo que lhe é proposto pelo locutor, e que este lhe propõe em termos de uma dada entoação avaliativa. Portanto, só faz sentido para os sujeitos aquilo que responde a alguma coisa e só as coisas às quais é dada uma resposta, no intercâmbio verbal. Isso supõe memória como rememoração e memória como projeção, o retrospectivo e o prospectivo.

³ Retomamos aqui elementos da tese de doutorado de Sobral (SOBRAL, 2006).

A memória coletiva exhibe tanto traços comuns a todos os sujeitos de uma coletividade como traços dos grupos sociais e dos subgrupos de que são parte os sujeitos, bem como traços das formas específicas como os sujeitos em interação se apropriam desses traços, o que reforça a ideia da seletividade valorativa como a base da relação entre sujeito, discurso e memória. O que é lembrado e o que é esquecido não vêm de algum determinismo, mas das circunstâncias estruturais e conjunturais específicas em que os sujeitos se veem. Os sujeitos do discurso, portanto, lembram e esquecem em termos dos projetos enunciativos que os mobilizam e a que recorrem para alcançar seus fins discursivos.

Considerações Finais

Como vimos, o domínio do sentido se inicia mais propriamente quando os sujeitos humanos mobilizam contextualmente os recursos linguísticos, e, enfrentando as inevitáveis imprecisões que constituem as interações, criam, dialogicamente, sentido, ou, melhor dizendo, sentidos, porque negociados com os diferentes parceiros.

No sistema da língua (domínio da significação) há uma ordenação em morfemas, palavras e frases, uma combinatória na qual, a partir de alguns componentes e de umas quantas regras, se produzem frases; há nele, portanto, certa invariância. Essa invariância não impede que se produza um número indefinido de frases. No plano de exercício do repertório enunciativo, há, para além de regras combinatórias, uma maior variância, configurada nos gêneros, que, na definição tão repetida, são “relativamente estáveis”, ou seja, estáveis o suficiente para serem identificados como tais e flexíveis o suficiente para serem alterados de múltiplas maneiras, imprecisamente, portanto.

O trecho de um poema de T. S. Elliot (2014, aqui traduzido pelos autores) serve para descrever a atividade de pesquisa em termos dialógicos, ao lidar com a imprecisão não apenas da linguagem, mas especialmente da vida:

Não cessemos de explorar.

E o final de toda a nossa exploração

Será voltar ao mesmo lugar

E conhecê-lo pela primeira vez.

(T. S. Elliot. *O Rei de Espadas*.)

[We shall not cease from exploration/And the
end of all our exploring /Will be to arrive
where we started/And know the place for the
first time.]

[T. S. Elliot – *Four Quartets* – *Section V*

Esse trecho do poema mostra a nosso ver que a vida, e a enunciação, são uma busca eterna, uma exploração, cujo final é justamente o retorno ao ponto de partida. Mas, tendo feito o percurso, nosso olhar se altera e passamos a ver como novo o que antes considerávamos conhecido ou a ver o conhecido de outra perspectiva. O fenômeno material permanece o mesmo, mas o olhar que faz dele um objeto, ao ser alterado, passa a vê-lo como se ainda não o tivesse visto. Sem o percurso, marcado pela imprecisão, pela passagem por territórios desconhecidos, não haveria essa mudança de olhar e permaneceríamos vendo o lugar apenas de um dado ponto de vista (no plano da significação apenas). O percurso da enunciação é assim: para voltar ao mesmo lugar, e descobrir que ele não é mais o mesmo (porque seu sentido se alterou), cabe explorar, partir em expedição. Sem cessar.

A identidade, assim como os sentidos, tem mobilidade, e vai se alterando de acordo com a soma das relações sociais de que participa cada sujeito, mas contém certos elementos estáveis que o identificam como o sujeito x, e não y...n, e é a partir dessa integração, tensa, entre o estável e o instável que a memória funciona: cada sujeito sempre lembra (e esquece) à sua maneira, a par de adequar-se a seu interlocutor, seu grupo social etc.

Rememoração e projeção, constitutivas da enunciação, não são genéricas, uma vez que têm como ponto de referência o realizado, o discurso/ato efetivamente enunciado/realizado, a experiência enunciativa dos sujeitos, certa estabilidade que permite justamente a negociação do instável, do novo, do inédito. Bakhtin insiste que todo enunciado e todo ato são uma unidade, dado que são constituídos por outros enunciados/atos (no caso dos enunciados, intertextual, interdiscursiva e intergenericamente), resultam de uma mobilização de textos/discursos/gêneros/atos constitutivos e remetem direta ou indiretamente a textos/atos futuros, buscando antecipar-se a possíveis objeções, criando assim um todo integrado que não é mera soma de seus elementos constituintes.

Na língua e no agir em geral, é essencial, portanto, a oposição, tensão permanente entre estabilidade e fixidez, ou forças centrípetas e forças centrífugas, respectivamente. Porque aí residem as diferenças, e é das diferenças que nascem os sentidos. Logo, a seletividade, o esquecimento - enfim, a valoração - são inevitáveis e vitais. E, em sua base, estão as imprecisões. Podemos dizer que nada no agir humano, por ser o humano uma transcendência simbólica do biológico, foge ao impreciso.

A imprecisão é a base do sublime e da barbárie na vida humana. Dela vem a escuta alteritária, entendida como a ressonância entre eus, na qual um eu busca propor ou compreender outro de seu próprio ponto de vista, mas considerando o ponto de vista desse outro. Trata-se de um espaço no qual cabe o confronto constitutivo, advindo do simples fato de que os sujeitos têm de negociar sentidos na interação, de que eles não falam automaticamente da mesma coisa, uma vez que todo sentido é objeto de uma negociação: se o locutor fala em termos de sua entoação avaliativa, o interlocutor recebe o dito em termos de sua resposta ativa.

Da imprecisão vem igualmente o conflito, que pode degenerar em guerra sem quartel, em promoção do ódio, incapacidade (ou falta de vontade) de escutar ou ao menos ouvir, o outro, a polarização absurda que é inimiga da

negociação, seja de sentidos ou da própria convivência humana. Este último ponto pode ser lamentável, mas é constitutivo da vida humana em sociedade. Muitos são os esforços para superar o conflito e permanecer no confronto, na arena de vozes que de algum modo negociam.

Nem por isso devemos combater as imprecisões. De um lado, por ser inútil, uma vez que elas são constitutivas do humano: os esforços de objetividade, de estancamento do impreciso, criaram algumas das grandes tragédias da humanidade, mesmo que também tenham produzido prodígios. E, do outro, porque, sem imprecisões, haveria apenas, no agir e no enunciar, a letra (ou ação material repetível, generalizável, sem sujeitos), mas não o espírito (ou ato não repetível de sujeitos situados). Sem o espírito, não mais haveria sentido, e a vida deixaria de ser humana, porque os seres humanos são seres de sentido.

Referências

AMORIM, M. Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-22, 1º semestre 2009.

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. BAKHTIN, M. M. Teoria do romance I. A estilística Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

BAKHTINE, M. M. *Pour une philosophie de l'acte*. Traduction : Ghislaine Capogna Bardett. Paris : L'Age D'Homme, 2003.

ELLIOT, T. S. Four Quartets. Disponível: <http://www.coldbacon.com/poems/fq.html>. Acessado: 20/03/2014.

MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução: Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

SOBRAL, A. Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase "parasitária" de uma vertente do gênero de auto-ajuda. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

_____. *Do dialogismo ao gênero*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. Comunicação "Histórico de Gênero, Memória e Ação Autoral" na Mesa Redonda "Sujeito, Discurso e Memória". IV Seminário Internacional de Linguística da Cruzeiro do Sul. São Paulo, Universidade Cruzeiro do Sul, 2011.

_____. Apresentação. In: e BOHN, H. *Dialogismo: Bordas, Fronteiras, Imprecisões, Sentidos*. Pelotas: Educat, 2016.

_____.; GIACOMELLI, K. A concepção dialógica e os dois planos da linguagem e da constituição do sujeito: algumas considerações. *Nonada*. Porto Alegre, v. 1, n. 24 (2015).

_____.; GIACOMELLI, K. Gêneros, marcas linguísticas e marcas enunciativas: uma análise discursiva. In: SOUZA, S. e SOBRAL,

A. *Gêneros* – Entre o Texto e o Discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

VOLOSHINOV, V. El Signo Ideológico y la Filosofía del Lenguaje. Traducción: Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.